

## Julgamento do Habeas Corpus

24 de Junho de 2019

Conrado Magalhaes

3576-6953

cmagalhaes@guidelinvestimentos.com.br

**Destaque:** A segunda turma do STF deve julgar, amanhã (25), caso não seja adiado, o pedido de liberdade do ex-presidente Lula. Edson Fachin e Carmen Lucia já negaram o habeas corpus em novembro, mas ainda restam os votos de Ricardo Lewandowski, Gilmar Medes e Celso de Mello. A expectativa é que Mello dará o voto decisivo que mantém o ex-presidente preso.

### Câmara:

A Comissão Especial da reforma da previdência deve realizar, durante a semana, varias reuniões para debater e votar o parecer do relator Samuel Moreira (PSDB-SP), a expectativa é que o voto ocorra na quarta ou quinta-feira. Antes disso, o relator deve fazer alterações à sua proposta através de complementação de voto. Não está claro quais alterações deverão ser feitas, mas as mudanças não devem ter grande impacto orçamentário. O parecer deve ser aprovado pela Comissão com margem confortável.

Além disso, temos duas visitas relevantes em comissões da Câmara que serão realizadas esta terça-feira (25), ambas relacionadas aos vazamentos publicados pelo site *The Intercept*. Sergio Moro recebeu convite da comissão de Trabalho para discutir o assunto, mas ainda não confirmou sua presença. Glenn Greenwald, fundador do site responsável pelos vazamentos, deve comparecer à comissão de direitos humanos para discutir o tema.

### Senado

Nesta quarta-feira, a comissão de Constituição e Justiça deve votar o PLC 27/2017, que estabelece medidas de combate à corrupção. Imediatamente depois, o projeto será apreciado pelo Plenário do Senado.

### Monitor Legislativo Semanal

| Propositura      | PEC 06/19  | PL 1292/1995   | PLC 79/16  | PDL 233/2019   |
|------------------|--|--|--|--|
| Autor            | Executivo  | Senador Lauro Campos (PT/DF)   | Daniel Vilela (PMDB/GO)  | Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)   |
| Resumo da Ementa | Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. | Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. | Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, permitindo à Anatel alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização. | Susta o Decreto nº 9.785 para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição |
| Etapas Atuais    | Aguarda votação do parecer na Comissão Especial  | Aguarda votação no Plenário da Câmara  | Aguarda parecer da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)   | Aprovado pelo Senado   |
| Próximo Passo    | Votação no Plenário da Câmara  | Votação no Plenário do Senado  | Voto do parecer na comissão de Ciência e Tecnologia  | Votação no Plenário da Câmara  |